

MUSICOTERAPIA, GÊNERO E SEXUALIDADE: PERSPECTIVAS ACERCA DA POPULAÇÃO LGBTQ+ NO PENSAR E FAZER MUSICOTERAPÊUTICO

*Music therapy, gender and sexuality: perspectives on the LGBTQ+ population in
the thinking and doing Music Therapy*

*Musicoterapia, género y sexualidad: perspectivas sobre la población LGBTQ+ en
musicoterapia pensando y haciendo*

*Wagner Junio Ribeiro¹ Frederico Gonçalves Pedrosa²
Verônica Magalhães Rosario³*

Resumo - Embora se perceba uma crescente consciência dos aspectos contextuais e políticos da musicoterapia, as discussões sobre sexualidades e gênero não-heterossexuais permanecem à margem. Esta pesquisa fez uma Revisão Integrativa da literatura sobre o tema de maneira a 1) indicar as possíveis limitações impostas pela matriz heteronormativa nos atendimentos em musicoterapia; 2) discutir se é possível uma prática mais afirmativa no atendimento a pessoas LGBTQ+ em musicoterapia e 3) sugerir como essa prática poderia se estender para além de questões de gênero e sexualidades. Diante disso, verificou-se que as maiores implicações relacionadas às pessoas LGBTQ+ na musicoterapia, são provenientes da replicação das estruturas opressivas, excludentes, seja dentro ou fora do *setting* musicoterapêutico e que a ideia de uma ação anti-opressiva é a abordagem que direciona melhores práticas para esta população. Concluímos a necessidade que as diversidades de gênero e sexualidade, bem como as relações interseccionais, sejam por mais vezes pautadas nas produções literárias e que estas abordagens possam ser implementadas na formação de profissionais musicoterapeutas, a fim de promover uma formação anti-opressiva, inclusiva e orientada para a justiça social.

Palavras-chave: musicoterapia, gênero e sexualidade, LGBTQ+, interseccionalidade.

Abstract - Although there is a growing awareness of the contextual and political aspects of music therapy, discussions about non-heterosexual sexualities and gender remain on the side lines. This research carried out na Integrative Review of the literature on the subject in order to 1) indicate the possible limitations imposed by the heteronormative matrix in the attendance in music therapy; 2) to discuss whether a more affirmative practice in the care of LGBTQ+ people in music therapy is

1Bacharel em Musicoterapia pela UFMG. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9027847524343646> E-mail: mtwagnerribeiro@gmail.com

2Bacharel em Musicoterapia, Mestre e Doutorando em Música. Professor Assistente do curso de Graduação em Música Habilitação Musicoterapia da UFMG. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9227138663195042>. E-mail: frederico.musicoterapia@gmail.com

3Bacharel em Musicoterapia, Mestre em Música e Doutora em Neurociência. Professora Adjunta do curso de Graduação em Música Habilitação Musicoterapia da UFMG. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3714971492649787>. E-mail: veronica@musica.ufmg.br

possible and 3) how this practice could extend beyond gender and sexuality issues. In light of that, it was found that the biggest implications related to LGBTQ+ people in music therapy, come from the replication of oppressive, excluding structures, whether inside or outside the music therapy setting and that the idea of an anti-oppressive action is the approach that directs better practices for this population. We conclude the need for gender and sexuality diversities, as well as intersectional relationships, to be guided more often in literary productions and that these approaches can be implemented in the training of music therapist professionals, in order to promote anti-oppressive training, inclusive and oriented towards social justice.

Keywords: music therapy, gender and sexuality, LGBTQ+, intersectionality.

Resumen - Aunque existe una conciencia creciente de los aspectos contextuales y políticos de la musicoterapia, las discusiones sobre las sexualidades no heterosexuales y el género permanecen al margen. Esta investigación realizó una revisión integradora de la literatura sobre el tema con el fin de 1) señalar las posibles limitaciones que impone la matriz heteronormativa en el cuidado de la musicoterapia; 2) discutir si es posible una práctica más afirmativa en el cuidado de personas LGBTQ+ en musicoterapia y 3) cómo esta práctica podría extenderse más allá de las cuestiones de género y sexualidad. Por lo tanto, se encontró que las mayores implicaciones relacionadas con las personas LGBTQ+ en la musicoterapia provienen de la replicación de estructuras opresivas y excluyentes, ya sea dentro o fuera de lo cenario de la musicoterapia, y que la idea de una acción anti-opresiva es el enfoque que mejor orienta las prácticas para esta población. Concluimos la necesidad de que las diversidades de género y sexual, así como las relaciones interseccionales, se basen más a menudo en producciones literarias y que estos enfoques pueden implementarse en la formación de musicoterapeutas profesionales para promover una formación antiopresiva, inclusivo y orientado a la justicia social.

Palabras clave: musicoterapia, género y sexualidade, LGBTQ+, interseccionalidad.

1 Introdução

1.1 Gêneros, sexualidades e performatividades

É evidente um crescente número de pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, *Queers*, entre outras não-heterossexualidades (LGBTQ+), vivendo abertamente suas sexualidades (Whitehead-Pleaux *et al.*, 2012). Observado isso, é possível inferir que maiores serão as probabilidades de que musicoterapeutas tenham contato profissional com pessoas que de alguma maneira demandem um maior entendimento sobre Gênero e Sexualidade, das performances não-heterossexuais e como a construção social destes conceitos impactam suas vidas (Bain *et al.*, 2016; Whitehead-Pleaux *et al.*, (2012; 2013) e Hadley & Thomas (2018).

Neste trabalho, a conceituação de Gênero e Sexualidade, parte dos princípios sócio-psico-culturais, em que os termos são indissociáveis, ou seja, onde a conceituação teórica é extremamente crítica às fundamentações opressivas que postulam gênero a partir de representações normativas, repressoras e reguladoras das posições hierárquicas, que subjagam as não heterossexualidades pelo princípio equivocado de inutilidade da reprodução da espécie e as colocam como solapadoras da Família e seus padrões ideológicos e credos religiosos institucionalizados (Trevisan 2004), bem como às construções heteronormativas e binaristas que sustentam posições dicotômicas e opressivas de poder, Foucault (1988)

Segundo Judith Butler (2003), “gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (p. 59). Neste trabalho nos apoiamos como base teórica nas concepções fluídas de gênero e sexualidade, postas a desafiar as estruturas heteronormativas vigentes. Para Butler (2003), a Heteronormatividade Compulsória se baseia numa tríade intrínseca entre: Sexo (um corpo), Gênero (como esse corpo se produz em frente um discurso) e Desejo (o que esse corpo deseja), postulando assim que, um corpo com pênis - se torna homem - deseja uma mulher e vice versa, excluindo todo indivíduo que foge dessa regra, seja pela não concordância entre sexo e gênero e/ou pela relação entre esse corpo e seu alvo de desejo. Têm-se, uma visão em que o gênero é criado a partir do que

se estabelece socioculturalmente como Masculino-Homem ou Feminino-Mulher, como se o que significa ser homem ou ser mulher estivesse ligado aos valores culturais de uma determinada sociedade. O problema é que, essa colocação de sexo e gênero, delimita o sexo como biológico e o gênero como cultural, reforçando o binarismo e fortalecendo a ideia do sexo como uma categoria pré-discursiva (Ibidem).

Outro conceito sobre gênero, cunhado por Butler (2003) é a Performatividade de Gênero, que faz crítica à estabilidade do Sexo, ao Existencialismo e as imposições de uma performatividade cultural única de gênero. A partir de críticas à Universalidade indica que, por exemplo, nem todas as mulheres são femininas e heterossexuais. Gêneros não são elementos atributos do ser, mas ações cotidianas que produzem uma ideia de ser, ou seja, “a construção do gênero e da sexualidade dá-se ao longo de toda a vida, continuamente, infundavelmente” (Louro, 2008, p. 18).

1.2 Das violências decorrentes das relações de gênero e sexualidade

Prado e Machado (2008) nos fazem refletir como os mecanismos de hierarquização e inferiorização se complementam nos processos de manutenção das desigualdades e exclusão social, que podem ocorrer de maneiras variadas, “desde o aniquilamento humano e a violência social, até formas de inclusão subalternizadas” (p. 68). O preconceito tem como função não necessariamente excluir simplesmente, mas invisibilizar as relações de opressão e naturalizar as relações de subordinação social, por meio de discursos cotidianos e/ou institucionais, em uma relação que se estabelece numa reciprocidade dialética, realimentando e reafirmando as posições de inferiorização de um em detrimento de uma suposta superioridade de outro, corroborado por discursos e práticas científicas e religiosas de uma monocultura dominante (Ibidem).

É a partir dessa monocultura que surgem atos de agressões e microagressões nas relações diárias com pessoas que de alguma maneira se distanciam da performatividade esperada dentro do contexto de uma *matrix* heteronormativa. E são essas agressões e microagressões que estamos passíveis de cometer com colegas de estudo e trabalho e com clientes/pacientes, desde o primeiro contato, através das fichas de entrevista e anamnese, se estendendo para nossa conduta no *setting* musicoterapêutico, Whitehead-Pleaux *et al.*, (2013) e Steward (2019).

1.3 Musicoterapia em contexto e as implicações decorrentes dessas intersecções

De acordo com a União Brasileira de Associações de Musicoterapia (UBAM, 2018) a musicoterapia é um campo de conhecimento acerca dos efeitos da música e da utilização de experiências musicais, que se dá no encontro entre as pessoas assistidas e o musicoterapeuta com o objetivo de “favorecer o aumento das possibilidades de existir e agir” (2018).

Rolvstjord & Halstead (2019), argumentam que, embora se perceba uma crescente consciência dos aspectos contextuais e políticos da musicoterapia, sendo gerados em grande parte pelo movimento da Musicoterapia Comunitária, “as discussões sobre sexo, gênero ou teoria feminista tiveram um papel periférico no discurso da musicoterapia” (p. 421). Embora existam no Brasil, artigos publicados abordando a prática clínica em musicoterapia com olhar para questões sociais, políticas e questões multiculturais (p.e. Cunha, 2016/2007; Krob, 2019; Pinho, 2019), nenhum que discuta Gênero e Sexualidades abordando as não-heterossexualidades como parte de uma prática multicultural em musicoterapia foi encontrado até o término deste trabalho. Vemos, porém, um número de estudos de extrema relevância, mas ainda incipiente, sobre a mulher, a partir de um recorte social e das relações de violência.

Devido à inexistência de dados sobre a população brasileira, resta-nos encontrar estudos conduzidos em outros países e correlacioná-los, quando possível, à nossa realidade e às práticas estabelecidas no Brasil. Eva M. Steward (2019) em seu trabalho sobre Musicoterapia *Queer* e os programas de educação em musicoterapia, levanta um importante dado, que demonstrou que muitos terapeutas não possuem treinamento ou entendimento suficiente sobre sexualidades para trabalharem de maneira afirmativa com clientes/pacientes LGBTQ+. Ainda, de acordo com pesquisa realizada no ano de 2013, menos da metade dos programas de graduação e pós-graduação em musicoterapia possuíam estudos relacionados ao atendimento a pessoas LGBTQ+, Whitehead-Pleaux *et al.*, (2013).

Tais afirmações levou o primeiro autor a questionar como as evidências implicam na prática clínica, pois, se no Código de Ética da UBAM (2018), há um inciso⁴ que trata

4 “SEÇÃO I - Princípios Fundamentais O musicoterapeuta baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada em 10 de dezembro de 1948 pela

especificamente da obrigação do profissional musicoterapeuta em desenvolver sua prática com base no “respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano” (p. 8), seria então possível uma prática ética por musicoterapeutas que não compreendem e não estão aptos a reconhecer e respeitar a totalidade de um indivíduo dado que sua sexualidade é parte indissociável da sua integridade? Partindo do princípio que “a sexualidade é um elemento determinante na constituição dos sujeitos, tão necessário quanto o ar que respiramos” (Prado & Machado, 2008, p.15).

Dada a importância da sexualidade para nossa integridade como indivíduo e ciente de algumas das dinâmicas que constroem vieses tão distintos nas vidas de pessoas LGBTQ+ começamos a nos indagar, através dessa perspectiva, sobre quais demandas, para além das questões além das doenças físicas e mentais, seriam suscitadas dentro da prática clínica em musicoterapia?

Provocado pelas questões levantadas acima, o primeiro autor aproveitou uma oportunidade em sala de aula, em uma apresentação de trabalho sobre velhice e sexualidade, no qual propôs um recorte sobre a velhice LGBTQ+, que foi não somente muito bem recebido pela professora, Dra. Cybelle Loureiro, fundadora e coordenadora do curso de musicoterapia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como resultou no convite para apresentá-lo para as turmas subsequentes dentro da disciplina “Musicoterapia na Geriatria”.

Tal acontecimento despertou de imediato o desejo de desenvolver tal tema em um estudo mais estruturado e aprofundado, a partir desse lugar, desse desconforto em tentar entender como a musicoterapia e a prática de musicoterapeutas se posicionavam a respeito de todas as implicações supracitadas, que surge a pergunta motriz desse trabalho: O que a literatura nos informa sobre gênero e sexualidades contextualizados nas não-heterossexualidades na musicoterapia?

A partir do questionamento levantado, nos propusemos neste trabalho a, 1) revisar a literatura sobre musicoterapia, gênero e sexualidades com recorte específico nas não-heterossexualidades através de uma busca em publicações nacionais e internacionais; 2) indicar as possíveis limitações impostas pela matriz heteronormativa nos atendimentos em musicoterapia; e desta forma 3) discutir se é possível uma prática mais afirmativa no

Assembleia Geral das Nações Unidas, nos princípios de autonomia, justiça, não-maleficência e beneficência da bioética” (UBAM 2018, p. 8).

atendimento a pessoas LGBTQ+ em musicoterapia e 4) como essa prática poderia se estender para além de questões de gênero e sexualidades.

2. Metodologia de Pesquisa

A revisão integrativa, de acordo com Souza *et al.*, (2010), constitui-se em um método que proporciona a síntese de conhecimento através de uma abordagem metodológica ampla, que permite a inclusão de estudos experimentais e não-experimentais para uma compreensão completa do fenômeno analisado. “Combina também dados da literatura teórica e empírica, além de incorporar um vasto leque de propósitos: definição de conceitos, revisão de teorias e evidências, e análise de problemas metodológicos de um tópico particular” (p. 103).

A partir da escolha da revisão integrativa como metodologia da pesquisa, a estratégia para a busca pelos artigos incluídos nesta pesquisa passou pela escolha dos portais CAPES/MEC, Journal of Music Therapy, Music Therapy Perspectives, Revista Brasileira de Musicoterapia e Revista InCantare e pela formulação dos descritores, utilizando descritores primário e secundários em português e seus correlatos em inglês, sendo: a) o descritor primário: Musicoterapia / “Music Therapy” associado aos b) descritores secundários: LGBT e *Queer*; realizadas as devidas combinações entre os descritores mediante a utilização do operador booleano “AND”.

Foram considerados os seguintes critérios de inclusão: (1) artigos publicados em periódicos e revistas; (2) contendo o descritor primário em comum com ao menos um dos descritores secundários no título, resumo ou palavras-chave; sendo que, (3) quando localizados em plataformas específicas da musicoterapia, os artigos deveriam conter pelo menos um dos descritores secundários no título, resumo ou palavras-chave; considerando apenas (4) artigos completos, disponíveis para consulta; (5) estabelecidos em contexto musicoterapêutico e (6) disponibilizados em língua portuguesa ou inglesa.

Como critérios de exclusão, foram considerados: (1) os descritores secundários estivessem ligados exclusivamente ao tema feminismo; (2) pesquisas de campo publicadas por profissionais de outras áreas; (3) artigos que não houvesse disponibilidade de acesso na íntegra; (4) textos formulados a partir de entrevistas

transcritas; ou em que (5) a musicoterapia foi apenas citada como uma terapia entre outras e, por fim, (6) artigos escritos em outras línguas que não o português ou inglês.

Alguns portais exigiram algumas adaptações no método de busca. Em portais específicos de publicações musicoterapêuticas (*Journal of Music Therapy*, *Music Therapy Perspectives*, InCantare e Revista Brasileira de Musicoterapia), foram utilizados apenas os descritores secundários. Sendo que, nas plataformas da Revista Brasileira de Musicoterapia (RBMT) e InCantare, foram realizadas, a princípio, busca pelos descritores, porém os resultados não foram apresentados de forma clara. Para que não ocorresse equívoco, foi realizada inspeção nos 199 títulos de todas as 28 edições (1996 a 2020), mais os 43 publicados nos Anais ENPEMT (2017) na RBMT e em 103 títulos presentes nas 12 edições da Revista InCantare (2010 a 2020).

3. Resultados

Fizemos a busca dos artigos entre os dias 10 e 15 de janeiro de 2021 e, a partir dos resultados obtidos, realizamos uma primeira análise com base nos títulos, observando se apresentavam elementos que os correlacionavam ou não com o objeto de pesquisa. Diante de títulos em que não foi possível confirmar sua elegibilidade, foram lidos os resumos à procura de algum dos descritores e analisado o conteúdo de forma a buscar relação ao tema.

A pesquisa realizada com os descritores em português apresentou zero ($n = 0$) resultados. A partir da busca pela combinação do descritor “*Music Therapy*” com os descritores secundários, LGBT e *Queer*, foram encontrados inicialmente 22 artigos (LGBT) e 55 (*Queer*) no portal da CAPES; 2 (LGBT) e 3 (*Queer*) no *Journal of Music Therapy* e 4 (LGBT) e 11 (*Queer*) na *Music Therapy Perspective*. Para a RBMT e InCantare foram lidos todos os títulos num total de 242 artigos na RMB e 103 na InCantare. Desse total, foram selecionados 27 da RMB e 11 para InCantare para leitura dos resumos.

A figura 1, a seguir, apresenta fluxograma descrevendo o processo de seleção.

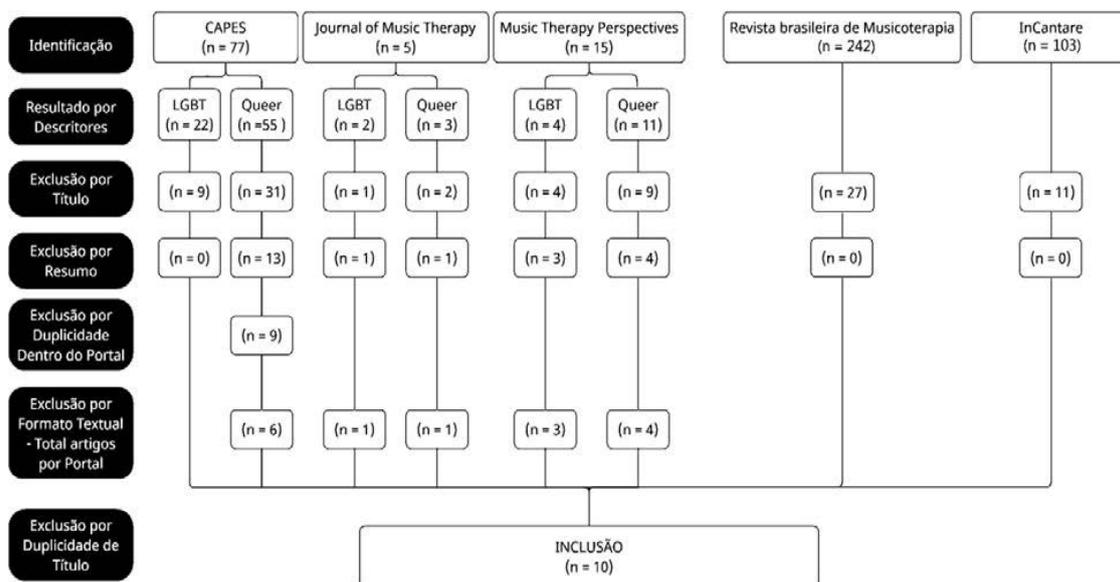


Figura 1: Fluxograma dos artigos identificados, filtrados, elegidos e incluídos a partir dos critérios de inclusão e exclusão. Fonte: Autores (2021)

Após aplicação dos critérios de exclusão e da eliminação de resultados duplicados, foram selecionados dez artigos, publicados entre os anos de 2004 e 2020, sendo que apenas um artigo foi publicado antes da década de 2010 e percebendo uma maior concentração de publicações no ano de 2019 (n = 4) e uma lacuna entre o ano de 2004 e 2012 como pode ser visto na figura 2.

Publicações por ano

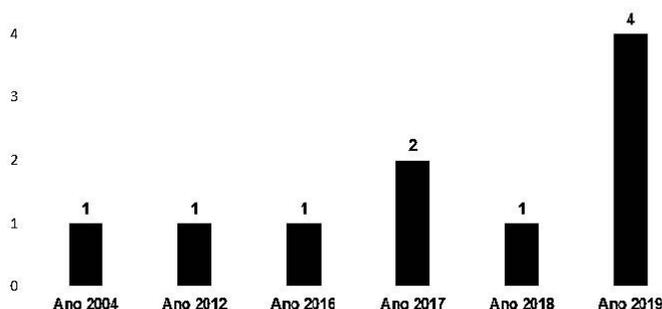


Figura 2: Número de publicações, no eixo y, por ano, no eixo x. Ano 2004 resultado 1 artigo; 2012 um artigo; 2016 um artigo; 2017 dois artigos; 2018 um artigo; 2019 quatro artigos. Fonte: Autores (2021)

Para a extração dos dados, realizamos uma leitura sistemática para formulação de tabela resumo (figura 3) a partir dos seguintes dados: 1) nome das autoras e/ou autores e ano de publicação; 2) título do artigo; 3) objetivos; 4) metodologia; 6) resultados e/ou conclusões de cada artigo.

Autoras(res) e ano	Título	Objetivos	Metodologia	Resultados / Conclusão
Chas (2004)	Therapy With Gay And Lesbian Client. Implications for Music Therapists	Examinar a literatura selecionada sobre as práticas atuais de psicoterapia, abordagens e problemas com clientes gays e lésbicas, e fornecer implicações e sugestões para prática clínica da musicoterapia.	Revisão de Literatura organizada pelas categorias (a) Questões e abordagens gerais; (b) Atitudes em relação à terapia; (c) Escolha do terapeuta; e (d) Terapeutas heterossexuais que trabalham com clientes gays e lésbicas.	Clientes gays e lésbicas trazem uma variedade de questões típicas e incomuns para o ambiente terapêutico. A musicoterapia pode fornecer uma valiosa experiência terapêutica. Através de autoavaliação e da aprendizagem sobre a cultura gay e lésbica, buscando adaptar a prática clínica pode-se fornecer cuidados culturalmente competentes, pois, à medida que clientes com maior diversidade cultural procuram serviços de musicoterapia, maior será a necessidade de os musicoterapeutas ampliarem seus horizontes, se familiarizarem com as muitas culturas diferentes que existem e se esforçarem para alcançar esses clientes por meio do poder da música.
Whitehead-Pleaux, <i>et al</i> (2012)	Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender and Questioning: Best practices in music therapy	Propor um conjunto de diretrizes de melhores práticas e fazer recomendações para sua implementação.	Revisão de literatura e desenvolvimento de diretrizes de melhores práticas no campo da musicoterapia.	"Os indivíduos LGBTQ+ vêm de todas as culturas, etnias, religiões e idades. Acima de tudo, como acontece com todas as populações atendidas por musicoterapeutas, é vital ver o cliente primeiro como um indivíduo e, depois, como membro de uma cultura" (p.38).

Bain, Grzanka e Crowe (2016)	Toward a Queer Music Therapy: the implications of queer theory for radically inclusive music therapy	Pesquisar e apresentar os principais desenvolvimentos na Teoria Queer; explicar como a Teoria Queer pode complementar e desafiar abordagens de musicoterapia inclusivas e baseadas na justiça social; esboçar potenciais intervenções terapêuticas com jovens LGBTQ+ que refletem a Teoria Queer e discutir as implicações mais amplas da Teoria Queer para a musicoterapia, incluindo a prática e a pesquisa.	Revisão de Literatura e discussão teórica.	A evidência do forte impacto da música no desenvolvimento da identidade durante a adolescência fornece uma base lógica para a musicoterapia com essa população, e os conceitos teóricos examinados neste artigo destacam a eficácia de um programa de musicoterapia baseado especificamente em perspectivas teóricas queer, demonstrando uma necessidade de técnicas de musicoterapia anti-opressivas propondo uma musicoterapia radicalmente inclusiva como um modelo conceitual de Musicoterapia Queer, que enfatiza as oportunidades de empoderamento.
Wilson e Geist (2017)	AMTA Undergraduate Student Research Award: Music Therapy Student's Preparedness and Training to Work With LGBT Clients	Descrever dados de autorrelato de preparação e treinamento atuais para trabalhar com clientes LGBT por estudantes de MT em uma universidade pública nos Estados Unidos. Especificamente, a pesquisadora buscou responder às seguintes questões: 1) quanto preparados os alunos se sentem para realizar o trabalho clínico com membros da comunidade LGBT; 2) de quais fontes os alunos obtêm informações sobre a comunidade LGBT e quais treinamentos eles obtiveram; e 3) qual o conhecimento que os alunos têm atualmente sobre as recomendações clínicas para a comunidade LGBT.	Questionário incluindo questões demográficas; 2 relacionadas às fontes de treinamento; 12 relacionadas ao conhecimento sobre a prática clínica com pessoas LGBT; e 5 itens projetados para medir a preparação percebida. Itens relacionados ao conhecimento clínico foram informados por diretrizes de melhores práticas (Whitehead-Pleaux <i>et al.</i> , 2012). Questionário distribuído aos alunos de musicoterapia por e-mail usando a lista da universidade de alunos de graduação e pós-graduação atualmente matriculados.	6 Dos 106 alunos contatados receberam 43 respostas - 40,6%. A maioria dos participantes eram estudantes de graduação, com expressiva maioria caucasiana (93%), auto-identificados com o gênero feminino (79,07%). Uma minoria (27,9%) identificou-se como membro da comunidade LGBT. Do total de respondentes, 61,1% não receberam nenhum treinamento formal relacionado à comunidade LGBT, sendo que daqueles que receberam treinamentos, apenas 7% o receberam como parte de seus cursos em musicoterapia.
Boggan, Grzanka e Bain, Candice L. (2017)	Perspectives on queer music therapy: A qualitative analysis of music therapists' reactions to radically inclusive practice	Desenvolver o trabalho de Bain e colegas, coletando as perspectivas dos musicoterapeutas e usando esses dados para avaliar criticamente o modelo.	Entrevistas qualitativas semiestruturadas realizadas com 12 musicoterapeutas que se identificam como LGBTQ+ ou têm experiência em trabalhar com clientes LGBTQ+. Discussão pelos participantes de seus históricos de musicoterapia, experiências com clientes LGBTQ+ e reações ao modelo de musicoterapia queer. Análise das respostas das entrevistas realizadas com base na abordagem da análise crítica do discurso.	"A musicoterapia queer tem implicações positivas para o trabalho futuro com indivíduos LGBTQ+, mas deve integrar mais substancialmente a teoria da interseccionalidade para servir uma gama diversificada de clientes LGBTQ+. Além disso, deve atender criticamente às limitações estruturais da própria disciplina de musicoterapia" (p.376).
Hadley, Thomas (2018)	Critical humanism in music therapy: Imagining the possibilities	Discutir, embasado em teorias consolidadas o terreno e as possibilidades do humanismo crítico como uma abordagem para se engajar na prática da musicoterapia.	Discussão Teórica.	O humanismo crítico no contexto da musicoterapia encoraja um engajamento libertador que se concentra nas associações e práticas explícitas e implícitas que não conseguimos ver como operando nas práticas diárias da musicoterapia. (p.19).
Baines <i>et al.</i> (2019)	Queering the curriculum: Why music therapy and other creative arts therapy trainings need queer theory	Propõem refletir e revelar os valores heteronormativos e cisnormativos predominantes na educação em musicoterapia, propondo maneiras de tornar os ambientes de sala de aula e estágio um espaço seguro e explorador, com potencial para impactar positivamente todos os alunos e seus clientes atuais e futuros.	Revisão integrativa; Discussão Teórica e apresentação de relatos.	Os conhecimentos práticos de musicoterapeutas devem ser continuamente atualizados para defender e desenvolver estratégias que ampliem todas as vozes e levem as necessidades dos clientes e comunidades marginalizadas à atenção dos tomadores de decisão (Baines, 1988). É necessária uma prática profundamente reflexiva, que pode criticar os pontos de vista informados a partir de perspectivas privilegiadas sabendo que, ser educado dentro de uma percepção binária da humanidade é limitado e limitador.

Hardy Mony penny (2019)	e	Queering queer spaces: Journey of a creative arts program for trans, non-binary, and gender creative youth	Apresentar um programa direcionado a pessoas transgênero, não binários, jovens criativos e questionadores de gênero, de 10 a 14 anos, que buscavam apoio para navegar em sua identidade de gênero e os desafios de se identificar fora da "norma" cisgênero.	Encontros musicoterapêuticos para adolescentes que se identificam como não-cisgêneros com idade entre 10 a 14 anos e que acessam a programação para Jovens e Famílias no Utah Pride Center (EUA).	Ao trabalhar para quebrar as hierarquias dentro do espaço terapêutico, observou-se que os jovens experienciaram uma maior confiança para expressar e representar sua própria autonomia, obtiveram um senso de domínio em seus próprios esforços expressivos e criativos e abraçaram identidades e experiências interseccionais.
Metell (2019)		How we talk when we talk about disabled children and their families: An invitation to queer the discourse	Explorar como as teorias <i>queer</i> oferecem uma perspectiva crítica sobre normatividade, identidade e poder; explorar os conceitos de normalidade, normatividade e discurso.	Revisão de literatura acerca das representações atuais de crianças com deficiência na musicoterapia e reflexão sobre um projeto de pesquisa-ação participativa em andamento, onde pretendeu-se co-criar conhecimentos sobre música, sua acessibilidade e significado junto com crianças deficientes e suas famílias.	Argumenta que é preciso mudar a maneira como se fala e se escreve sobre a prática, bem como desafiar os conceitos e atitudes em relação à diversidade, a fim de contribuir para ambientes inclusivos que apreciem e celebrem a diversidade.
Fansler (2019)	et al	Playing in the borderlands: the transformative possibilities of queering music therapy pedagogy	Discutir teorias educacionais categorizadas como opressivas e ideias de educação radicalmente inclusivas a partir da Teoria Queer para estabelecer princípios-chave de " <i>Queering</i> " como uma prática ativa aplicável além do gênero e sexualidade para incluir outras categorias de identidade socialmente construídas, como deficiência; discutir como entendemos patologia, diagnóstico e comunicação e comportamento do cliente; examinar como a compreensão da patologia e diagnóstico informa as maneiras pelas quais trabalhamos; compreender a dinâmica de poder do terapeuta/cliente; explorar as maneiras pelas quais a patologia e o diagnóstico favorecem as comunidades dominantes, explorando entendimentos sistêmicos de "o problema" ou "o sintoma".	Revisão de literatura; análise de respostas a questionário e discussão teórica.	Queering (aplicação das Teorias Queers como verbo) a pedagogia não significa apenas questionar uma profissão ou prática, mas mudar a forma como somos no mundo e uns com os outros.

Figura 3 Resumo da extração dos dados. Fonte Autores (2021)

Chase (2004) examinou em áreas afins à musicoterapia, mais precisamente nas práticas de psicoterapia, abordagens e problemas com clientes gays e lésbicas, buscando fornecer implicações e sugestões para prática clínica da musicoterapia. Para tanto, realiza uma revisão de literatura e conclui que clientes gays e lésbicas trazem uma variedade de questões típicas e incomuns para o ambiente terapêutico e a musicoterapia pode fornecer uma valiosa experiência terapêutica. Percebe, também, que através de autoavaliação e aprendizagem sobre cultura gay e lésbica, buscando adaptar a prática clínica, pode-se fornecer cuidados culturalmente competentes, pois, à medida que clientes com maior diversidade cultural procuram serviços de musicoterapia, maior será a necessidade de que musicoterapeutas ampliem seus horizontes, se familiarizarem com as muitas culturas diferentes que existem e se esforcem para alcançar esses clientes por meio do poder da música.

Whitehead-pleaux *et al.*, (2012) propõem, a partir de uma discussão teórica, um conjunto de diretrizes de melhores práticas e fazem recomendações para sua implementação. Partindo da ideia que os indivíduos LGBTQ+ são provenientes das

mais diversas culturas, etnias, religiões e idades e que, da mesma maneira como faz todas as populações atendidas por musicoterapeutas, “é vital ver o cliente primeiro como um indivíduo e, depois, como membro de uma cultura.” (p. 38).

Bain *et al.*, (2016), através de revisão de literatura e discussão teórica, trazem evidências de que o forte impacto da música no desenvolvimento da identidade durante a adolescência fornece uma base lógica para a musicoterapia com essa população, e como os conceitos teóricos examinados pelas autoras, destacam a eficácia de um programa de musicoterapia baseado especificamente em perspectivas teóricas *Queer*, demonstrando uma necessidade de técnicas anti-opressivas⁵ e propondo uma musicoterapia radicalmente inclusiva como um modelo conceitual de Musicoterapia *Queer*, que enfatiza as oportunidades de empoderamento.

Wilson & Geist (2017) descrevem dados de autorrelato de preparação e treinamento atuais para trabalhar com clientes LGBT por estudantes de musicoterapia em uma universidade pública nos Estados Unidos. Especificamente, a pesquisadora buscou entender: 1) quão preparados os alunos se sentem para realizar o trabalho clínico com membros da comunidade LGBT; 2) de quais fontes os alunos obtêm informações sobre a comunidade LGBT e quais treinamentos eles obtiveram; e 3) qual o conhecimento que os alunos têm atualmente sobre as recomendações clínicas para a comunidade LGBT. Através de um questionário utilizando escala tipo Likert (de 1 = despreparado a 5 = muito preparado) com itens formulados a partir das diretrizes de melhores práticas propostas por Whitehead-Pleaux *et al.*, (2012) obtiveram um total de 43 respostas – dentre os 106 alunos contatados (taxa de resposta de 40,6%). A maioria dos participantes eram estudantes de graduação, sendo expressiva maioria caucasiana (93%) e auto identificada com o gênero feminino (79,07%). Uma menor parte (27,9%) identificou-se como membro da comunidade LGBT. Do total de respondentes, 61,1% não receberam nenhum

5 Clifford (1995) usa o termo 'anti-opressor' "para indicar uma posição avaliativa explícita que constrói divisões sociais (especialmente 'raça', classe, gênero, deficiência, orientação sexual e idade) como questões de ampla estrutura social, em ao mesmo tempo que são questões pessoais e organizacionais. Olha para o uso e abuso de poder não apenas em relação ao comportamento individual ou organizacional, que pode ser aberta, dissimulada ou indiretamente racista, classista, sexista e assim por diante, mas também em relação a estruturas sociais mais amplas, por exemplo, os sistemas de saúde, educacional, político e econômico, de mídia e cultural e sua prestação de serviços e recompensas rotineiras para grupos poderosos em nível local, nacional e internacional. Esses fatores afetam as histórias de vida das pessoas de maneira única. caminhos que devem ser entendidos em sua complexidade sócio-histórica” (p. 65).

treinamento formal relacionado à comunidade LGBT e, daqueles que receberam treinamentos, apenas 7% foi como parte de seus cursos em musicoterapia.

Boggan *et al.*, (2017) buscaram desenvolver o trabalho realizado anteriormente por Bain *et al.*, (2016), coletando as perspectivas dos musicoterapeutas sobre a musicoterapia *Queer* e usando esses dados para avaliar criticamente o modelo a partir de entrevistas qualitativas semi estruturadas realizadas com 12 musicoterapeutas que se identificam como LGBTQ+ ou têm experiência em trabalhar com clientes LGBTQ+. A análise das respostas das entrevistas realizadas com base na abordagem da análise crítica do discurso constatou que a musicoterapia *Queer* tem implicações positivas para o trabalho com pessoas LGBTQ+, observando a necessidade de integrar mais substantivamente a teoria da interseccionalidade de modo a servir uma gama diversificada de clientes LGBTQ+. Além disso, “deve atender criticamente às limitações estruturais da própria disciplina de musicoterapia.” (Boggan *et al.*, 2017, p.376).

Hadley & Thomas (2018) discutem, a partir de teorias consolidadas, o terreno e as possibilidades do humanismo crítico como uma abordagem para se engajar na prática da musicoterapia. Apontam que o humanismo crítico, no contexto da musicoterapia, encoraja um engajamento libertador que se concentra nas associações e práticas explícitas e implícitas que não conseguimos ver, mas que operam nas práticas diárias da musicoterapia.

Baines *et al.*, (2019) propõem reflexão acerca dos valores heteronormativos e cisnormativos predominantes na formação musicoterapêutica, propondo maneiras de tornar os ambientes de sala de aula e estágio em espaços seguros, exploradores e potentes em impactar positivamente os alunos e seus clientes atuais e futuros. Através de revisão integrativa, discussão teórica e apresentação de relatos, indicam que os conhecimentos práticos de musicoterapeutas devem ser continuamente atualizados para defender e desenvolver estratégias que ampliem todas as vozes e levem as necessidades dos clientes e comunidades marginalizadas à atenção dos tomadores de decisão. É necessária uma prática profundamente reflexiva, que critique os pontos de vista informados a partir de perspectivas privilegiadas, entendendo que ser educado dentro de uma percepção binária da humanidade é limitado e limitador.

Hardy & Monypenny (2019) apresentam um programa direcionado a pessoas transgênero, não binários, jovens criativos e questionadores de gênero, que buscavam apoio para navegar em sua identidade de gênero e os desafios de se identificar fora da

“norma” cisgênero a partir de encontros musicoterapêuticos para adolescentes que se identificam como não-cisgêneros com idade entre 10 a 14 anos e que acessam a programação para Jovens e Famílias. Utilizando entrevista moldada em torno de questões abertas, através de abordagem qualitativa de avaliações clínicas tradicionais que dependem de escalas de autorrelato, caixas de seleção e questões categóricas fixas, informam que, ao trabalhar para quebrar as hierarquias dentro do espaço terapêutico, observou-se que os jovens experienciaram maior confiança para expressar e representar sua própria autonomia; obtiveram um senso de domínio em seus próprios esforços expressivos e criativos e abraçaram identidades e experiências interseccionais.

Metell (2019) explora como as teorias *Queers* oferecem uma perspectiva crítica sobre normatividade, identidade e poder, bem como conceitos de normalidade e normatividade e discurso, por meio de uma revisão de literatura acerca das representações atuais de crianças com deficiência na musicoterapia. Reflete sobre um projeto de pesquisa-ação participativa em andamento, em que se pretendeu co-criar conhecimentos sobre música, sua acessibilidade e significado junto com crianças deficientes e suas famílias, trazendo como argumento que se é preciso mudar a maneira como se fala e se escreve sobre a prática, bem como desafiar os conceitos e atitudes em relação à diversidade, a fim de contribuir para ambientes inclusivos que apreciem e celebrem a diversidade.

Fansler *et al.*, (2019), propõem a partir da revisão de literatura e entrevista semiestruturada, uma discussão sobre teorias educacionais categorizadas como opressivas e ideias de educação radicalmente inclusivas a partir da Teoria *Queer* para estabelecer princípios-chave de “*Queering*”⁶ como uma prática ativa aplicável além do gênero e sexualidade para incluir outras categorias de identidade socialmente construídas, como raça e deficiência. Discutindo como entendemos patologia, diagnóstico e comunicação e comportamento do cliente e propondo um exame de como a compreensão da patologia e diagnóstico informa as maneiras pelas quais trabalhamos, para assim, compreender a dinâmica de poder do terapeuta / cliente, explorando as maneiras pelas quais a patologia e os diagnósticos favorecem as comunidades dominantes e os entendimentos sistêmicos de “o problema” ou “o sintoma, concluindo

6 Aplicação das Teorias *Queers* como verbo.

que *Queering* a pedagogia não significa apenas questionar uma profissão ou prática, mas sim mudar a forma como somos no mundo e uns com os outros.

4. Discussão

A partir da revisão exposta acima, percebemos que as maiores implicações relacionadas às pessoas LGBTQ+ na musicoterapia, são provenientes da replicação das estruturas opressivas, excludentes, seja dentro ou fora do *setting* terapêutico. A perpetuação de atitudes provenientes de relações hetero-cis-normativas, binaristas e violentas para com as identidades LGBTQ+.

A compreensão das opressões e estigmas sociais vividos por pessoas LGBTQ+ é um caminho pelo qual musicoterapeutas podem se conscientizar a respeito das necessidades e lutas pessoais potencialmente trazidas para o *setting* terapêutico, Whitehead-Pleaux *et al.*, (2012), Boggan *et al.*, (2017), Hadley & Thomas (2018) e Hardy & Monypenny (2019).

Das abordagens encontradas nesta pesquisa, a ideia de uma prática anti-opressiva foi, de modo geral, a que melhor indica caminhos produtivos para práticas assertivas com pessoas LGBTQ+, embora haja pouca literatura abordando especificamente a Teoria *Queer* na musicoterapia. A literatura recente sobre esta prática fornece implicações para um paradigma da Musicoterapia *Queer*, “porque atende à capacidade da música de conectar indivíduos com identidades estigmatizadas” (Bain *et al.*, 2016, p. 25).

Dentre as visões anti-opressivas na musicoterapia, a Teoria Feminista, assim como a Teoria *Queer* se mostram como um caminho dentre as possibilidades de fundamentação da prática musicoterapêutica. Rolvsjord & Halstead (2013), tem enfatizado o feminismo como uma perspectiva crítica, assim como nos expõe Bain *et al.*, (2016), sobre a forte ligação entre estas teorias, pois “ambas abordam a natureza dos desequilíbrios de poder e opressão com base no gênero ou identidade sexual” (p. 25). Neste trabalho, optamos por não incluir abordagens isoladas das teorias femininas, justificado pelo presente estado da arte, onde já vemos emergir no cenário brasileiro trabalhos baseados na teoria feminista, enquanto que, como já exposto acima, a Teoria *Queer* e as não heterossexualidades e não cisgeneridade não haviam ainda sido discutidas.

O modelo de musicoterapia *Queer* postulado por Bain *et al.*, (2016), foi revisitado, analisado e criticado por Boggan *et al.*, (2017), possibilitando uma evolução no discurso preposto e na incorporação de aspectos da interseccionalidade, abrangendo o olhar sobre os indivíduos LGBTQ+ e possibilitando uma expansão das ideias anti-opressivas para contextos que vão além das questões de sexualidade e gênero, em direção a uma visão anti-opressiva, crítica à visão binarista e normativas tais como conceitos de doença/saúde, normal/deficiente, homo/hétero, capacidade/incapacidade, etc, Boggan *et al.*, (2017) e Hadley & Thomas (2018).

Após análise de artigos publicados entre janeiro e dezembro de 2018, no intuito de compreender como eram descritas as crianças com deficiência e suas famílias na literatura da musicoterapia, Mettel (2012) constatou que conceitos e definições patologizantes e normativos, a respeito dessas pessoas, vem sendo reproduzidos, embasados muitas das vezes pelo modelo médico. Bain *et al.*, (2016), Hadley & Thomas (2018) e Baines *et al.*, (2019), alertam para o perigo da patologização das pessoas LGBTQ+ e sobre os cuidados que devemos ter para não replicarmos essa visão e destacar como “as teorias *Queers* examinam criticamente a forma como a medicalização e patologização de identidades LGBTQ+ produz um desequilíbrio de poder sistêmico entre terapeutas e seus clientes” (Bain *et al.*, 2016 como citado em Boggan *et al.*, 2017, p. 382).

Atentos a essas questões, Baines *et al.*, (2019), definem a significação da Intervenção Musicoterapêutica, conceituando o ‘intervir’ não no sentido de interpor entre um cliente e sua patologia, mas intervir nos sistemas de heterossexismo e cisgenderismo, evidenciando narrativas dominantes que posicionam essas identidades como desviantes ou patológicas, e a partir de então, possibilitar ressignificações positivas, segurança e empoderamento. Desta maneira, a partir da visão de teóricos *Queer* que compreendem e criticam a maneira “como a medicalização e patologização da sexualidade opera como um sistema de poder” (Bain *et al.*, 2016, p. 24), colocam o foco das intervenções na afirmação da identidade e no empoderamento das pessoas LGBTQ+, Boggan *et al.*, (2017).

Whitehead-Pleaux *et al.*, (2012) desenvolveram um importante guia de melhores práticas musicoterapêuticas com enfoque para o trabalho com pessoas LGBTQ+, que

serviu como base para a maioria dos trabalhos vindos após sua publicação, divididas em quatro áreas: 1) Melhores Práticas Clínicas, incluindo a) Avaliação, suporte, tratamento; b) Trabalho com clientes transgêneros; c) Alcance da comunidade e d) Pesquisa. 2) Melhores Práticas Recomendadas para o Ambiente de Trabalho nas quais se encontram as práticas com a) Colegas de trabalho, supervisores e administradores; b) Políticas; c) Recrutamento e entrevistas e d) Treinamento e Supervisão. 3) Melhores práticas recomendadas para educação e clínica incluem a) Treinamento; b) Recrutamento, admissões e entrevistas; c) Interações com alunos, clínicos *trainees*, corpo docente e funcionários; d) Abordando a identidade transgênero no ambiente educacional e de treinamento clínico e, por último, o 4) Currículo para formação de musicoterapeutas.

A partir destas questões fundamentais, observamos que as propostas para as ‘intervenções’ em musicoterapia, inclinam-se mais para uma reformulação teórica e dos fundamentos do fazer musicoterapêutico e das relações do encontro cliente/terapeuta. Tais diretrizes, foram revisadas por Bain *et al.*, (2016) que propuseram os seguintes objetivos como positivos no trabalho com pessoas LGBTQ+: 1) combater a heteronormatividade enfatizando a complexidade e fluidez da orientação sexual, 2) apoiar a expressão de conflitos pessoais e sociais únicos devido à opressão, 3) capacitar os indivíduos *Queer* a encontrar força nas diferenças, expressando livremente e realizando seu gênero e identidade sexual, 4) impactar positivamente os relacionamentos interpessoais para neutralizar as pressões sociais negativas; 5) enfatizar a causa comum em vez da identidade comum. Além dos pontos enumerados, a prática musicoterapêutica em grupo foi uma das indicações recorrentes nos trabalhos revisados.

Dentro das práticas assertivas referencia-se o uso de terminologia apropriada, como o uso de Pronomes de Gênero Preferidos, demonstrando sensibilidade cultural durante as intervenções, assim como na documentação clínica. Ao mesmo tempo, alertam que o termo ‘Pronome de Preferência’ pode se configurar como uma microagressão, pois pode sugerir que, ao determinar preferido como uma escolha individual abre-se uma brecha para que possa ser socialmente conferido como opcional. Sugerindo assim a remoção da palavra ‘preferido’, restando apenas a escolha pela qual a pessoa determina ser tratada.

Tais argumentações levam-nos a refletir sobre a importância de se pensar na formação em musicoterapia, pois a prevalência de problemas de violências, exclusão,

cyberbullying entre outros, são problemas sociais, logo, da ordem de saúde pública e que profissionais de saúde e serviços humanos devem receber treinamento em competência cultural LGBTQ. De acordo com Boggan *et al.*, (2017), os programas de graduação “criam uma barreira fundamental para a diversificação da profissão de musicoterapia” (p. 387), ao não conseguirem atrair e admitir alunos de grupos diversos de identidades multiculturais e origens musicais.

5. Considerações finais

Ao considerar os dados levantados nesta pesquisa e o perfil estimado de profissionais musicoterapeutas, observamos a relevância da existência de uma maior pluralidade de pessoas na musicoterapia, e como essa diversidade e representatividade pode influenciar na relação cliente/musicoterapeuta. Entretanto, para que essa diversidade aconteça, é imprescindível uma educação em musicoterapia que seja mais inclusiva, menos binária e normativa

Cientes de que embora as teorias *Queers* tenham gênero e sexualidades como ponto de partida para refletir aspectos de hegemonia e relações de poder, essa reflexão se expande e provoca “desafios de oposições binárias e normatividade para áreas além do gênero e da sexualidade” (Fansler *et al.*, 2019, p.3), se aplicando também a conceitos comumente discutidos dentro deste campo e, usualmente, postos de formas extremamente dicotômica, reforçando estruturas binárias, tais como: saúde/doença, capacidade/incapacidade, normal/deficiente, etc, Chase (2004), Whitehead-Pleaux *et al.*, (2012), Bain *et al.*, (2016), Grzanka *et al.*, (2016) e Matell (2019).

Por fim, concluímos este trabalho reiterando a reflexão sobre a necessidade de que as diversidades de gênero e sexualidade, bem como as relações interseccionais, sejam por mais vezes pautadas nas produções científicas e que essas abordagens possam ser implementadas nas grades curriculares dos cursos de graduação em musicoterapia, a fim de promover uma formação que se sustente por uma visão: anti-opressiva, altamente inclusiva e orientadas para a justiça social, portanto, indica-se que novas pesquisas sejam realizadas nesta área.

Referências

- Bain C L, Grzanka P R, Crowe, B J, (2016). Toward a *Queer* music therapy: The implications of *Queer* theory for radically inclusive musictherapy. *The Arts in Psychotherapy* 50, 22–33. 2016
- Baines S, Pereira J, Hatch J, Edwards J, (2019). *Queering* the curriculum: Why music therapy and other creative arts therapy trainings need *Queer* theory” - *Voices: A World Forum for Music Therapy* | Vol 19. N 3.
- Bruscia K E, (2016). *Definindo musicoterapia*. Trad. por Marcus Leopoldino Dalas: Barcelona Publishers.
- Butler J, (2003). *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Boggan, C E, Grzanka P R. & Bain C L, (2017). Perspectives on *Queer* musictherapy: A qualitative analysis of music therapists reaction storadically inclusive practice. *Journal Of Music Therapy*, 54(4), 375–404.
- Chase K M, (2004). Therapy with gay and lesbian clients: Implications for musictherapists. *Music Therapy Perspectives*, Vol 22, Issue 1, p. 34–38, <https://doi.org/10.1093/mtp/22.1.34>.
- Clifford, D.J. (1995) ‘Methods in oral historyand social work’, *Journal of the Oral History Society* 23 (2).
- Cunha, R, (2016). Uma perspectiva da atividade musical em grupo: Musicoterapia social e comunitária. *Cuadernos de Música, Artes Visuales y Artes Escénicas*, Bogotá, V. 11, N. 2, p. 239-251, jul./dic. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5827839.pdf>.
- Fansler V, Reed R, Bautista E, Arnett A T, Perkins F, Hadley S, (2019). Playing in the borderlands: the transformative possibilities of *Queering* music therapy pedagogy. *Voices: A World Forum for Music Therapy*. Vol 19. N 3.
- Foucault, M, (1988). *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque E J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal.
- Hadley S, Thomas N, (2018). Critical humanism in musictherapy: Imagining the possibilities. *Therapy Perspectives*, 36(2), 168–174.
- Hardy S, Monypenny J (2019). *Queering Queer* spaces: Journey of a creative arts program for trans, non-binary, and gender creative youth. *Voices: A World Forum for Music Therapy*. Vol 19. N 3.

- Krob D B, (2013). Desconstruindo Amélias: Musicoterapia com mulheres em situação de violência doméstica sob a ótica da teologia feminista. 2013. [Dissertação mestrado em teologia não publicada] - Faculdades Est, São Leopoldo. Disponível em: <http://dspace.est.edu.br:8080/xmlui/handle/br-slfe/380>.
- Louro, G L, (2008). Gênero e sexualidade: Pedagogias contemporâneas. Pro-Posições, V. 19, N. 2 (56).
- Metell, M, (2019). How we talk when we talk about disabled children and their families: Na invitation to *Queer* the discourse. *Voices: A World Forum for Music Therapy*. Vol 19. N 3.
- Paiva, V, (2008). A psicologia redescobrirá a sexualidade?. *Psicol. Estud.*[Online]. Vol.13, N.4, Pp.641-651. Issn 1413-7372.
- Prado M A M, Machado F V, (2008). *Preconceito contra homossexualidades: A hierarquia da invisibilidade*. São Paulo. Editora Cortez, P.67-82.
- Ribeiro, D, (2017). O que é lugar de fala?. Belo Horizonte: *Letramento*, 112 P.P. (Feminismos Plurais).
- Rolvjord R, Halstead J, (2013). A woman's voice: The politics of gender identity in music therapy and everyday life. *The arts in psychotherapy*. Volume 40, issue 4, P. 420-427.
- Scott, J, (1995). Gênero: Uma categoria útil para a análise histórica. *Educação e realidade*, V. 5, N. 2.
- Souza M T, Silva M D, Carvalho R, (2010). Revisão integrativa: O que é e como fazer. *Einstein*, São Paulo, V. 8, N. 1, P. 102-106.
- Steward E M, (2019). *Queering music therapy: Literature review of Queer music therapy and music therapy education*. Expressive therapies capstone theses. 225.
- Trevisan, J. S. Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- União Brasileira das Associações de Musicoterapia, (2018). Definição brasileira de Musicoterapia. Disponível em: <https://ubammusicoterapia.com.br/definicao-brasileira-de-musicoterapia/>
- Wilson A, Geist K, (2017). Amta undergraduate student research award: Music therapy students' preparedness and training to work with LGBT clients. *Music Therapy Perspectives*, 35(2), 226–227.

Whitehead-Pleaux A, Donnenwerth A, Robinson B, Hardy S, Oswanski L, Forinash M, Hearn M, Anderson N, York E, (2012). Lesbian, gay, bisexual, transgender and questioning: Best practices in music therapy. *Music Therapy Perspectives*, 30, 158–166.

Whitehead-Pleaux A, Donnenwerth A, Robinson B, Hardy S, Oswanski L, Forinash M, Hearn M, Anderson N, (2013). Music therapists attitudes and actions regarding the LGBT community: A preliminary report. *The Arts in Psychotherapy*, 40,409–414.